

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
CURSO TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

João Pedro Santos Domingues

FUTEBOL E POLÍTICA: assuntos que não se misturam?

Rio de Janeiro

2021

João Pedro Santos Domingues

FUTEBOL E POLÍTICA: ASSUNTOS QUE NÃO SE MISTURAM?

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Orientador (a): André Vianna Dantas

Rio de Janeiro

2021

*Ao meu pai (herói) e à (força de) dona Landy, aos
quais devo todo o crédito pelo que sou hoje. Mil anos
não seria tempo suficiente para que eu os retribuísse
por tudo o que fizeram por mim. A bênção.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, ao quais também dedico a possibilidade de realizar este trabalho.

Agradeço aos meus irmãos, Juliana e Douglas.

Agradeço às minhas professoras da disciplina de Projeto Trabalho, Ciência e Cultura, Fernanda Bottino e Tainah Galdino, que jamais me deixaram desamparado mesmo quando tal atitude se mostrou compreensível.

Agradeço ao, não apenas professor, mas amigo Flávio Paixão, que fez questão de acompanhar de perto e de maneira individual minha jornada, me auxiliando com as devidas intervenções nos momentos mais adequados possíveis, possibilitando que chegasse quase intacto aonde cheguei.

Agradeço imensamente ao meu orientador André Dantas, que desde o momento em que foi contatado por mim, durante um período de quase dois anos, me escoltou e corrigiu em minha caminhada, vivenciando de perto minha evolução, superando todas as expectativas que eu tinha de um bom mentor.

Agradeço aos integrantes da banca Nathália Barros e Rafael Fiaux.

Agradeço ao jornalista Roberto Jardim, à professora Silvana Goellner e ao ex-jogador de futebol Henrique Monteiro, que aceitaram prontamente o convite feito por mim para que fizessem parte do processo de confecção deste trabalho por meio de entrevista.

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz pelo apoio institucional e aos demais professores, pesquisadores, profissionais e amigos que, de alguma maneira, se fizeram presentes em minha caminhada até aqui.

“Futebol e política, política e futebol se misturam como água e sabão, e seria ainda melhor se um e outro fossem mais limpos do que são.”

(Juca Kfourri)

RESUMO

Futebol, política e religião não se discutem. Esta é uma frase corriqueira e repetida com determinada frequência no meio social. Como a religião não se trata de um segmento que este projeto pretende explorar, nos limitaremos a falar sobre futebol e política. Tomamos aqui o conceito de “política” de forma mais ampla, tal como se convencionou compreendê-lo a partir da tradição do pensamento moderno, para o qual a política “compreende toda a sorte de relações sociais”, a ponto do que chamamos de “político” coincidir com o que compreendemos como “social”. O esporte, como parte constitutiva da vida social, não pode ser entendido em separado aos movimentos políticos da nossa sociedade, mas ao contrário, em consonância a eles, e é na reafirmação dessa associação que este trabalho se baseia. Essa relação, no entanto, não se dá aleatoriamente, nem naturalmente. As relações entre as classes sociais e suas frações, suas posições na ordem econômica, política, social e cultural, se expressam na forma como a política se desenha nos mais diferentes âmbitos da vida social. A mistura entre futebol e política, portanto, se qualifica na relação antagônica entre as classes, e não pode ser pensada em desconexão ao contexto de luta entre elas. Pensando nisso, este trabalho faz um resgate do panorama histórico-político do futebol brasileiro, pretendendo assim expor os equívocos e as motivações da tentativa de dissociação dos temas, que não só se misturam, como sempre se misturaram.

Palavras-chave: Futebol. Política. Identidade nacional.

ABSTRACT

Do not talk about football, politics or religion. That commonplace phrase is quite often repeated in the social context. As this project does not intend to look into religion, we will restrict the research to football and politics. Since modern thought, we conventionally understand “politics” in a broader way, to which it “comprises all sorts of social relations”, to the extent that we call “political” what we understand as “social”. As a constituent part of social life, we cannot understand sports separately from the political movements in our society, but rather in consonance with them, and this work reaffirms that relation. However, that does not happen randomly, nor naturally. Relations between social classes and their segments, their positions in the economic, political, social and cultural order express how politics takes place in social life. Therefore, in the mix of football and politics, we cannot think of the antagonistic relationship between classes separate from the context of the struggle between them. With that in mind, this work rescues the historical-political panorama of Brazilian football. It intends on presenting mistakes and motivations in the attempt to dissociate themes that mix and always had mixed.

Keywords: Football. Politics. National identity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMEA – Associação Metropolitana de Esportes Atléticos

CBD – Confederação Brasileira de Desporto

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

FBF – Federação Brasileira de Futebol

FIFA – Federação Internacional de Futebol Associado

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	13
1.1 OS PRIMÓRDIOS DO FOOTBALL NO BRASIL	13
1.2 A POPULARIZAÇÃO DO FOOTBALL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA “RACIAL”	16
CAPÍTULO 2	22
2.1 GETÚLIO E A BOLA: a construção do “país do futebol” durante a Era Vargas	22
2.2 FUTEBOL DE MULHERES: “o mais político dos esportes”	29
2.3 FUTEBOL E DITADURA: Pra frente, Brasil?	33
2.4 DESMISTIFICANDO O MITO: o futebol é o ópio do povo?	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

Futebol, política e religião não se discutem. Esta é uma frase corriqueira e repetida com determinada frequência no meio social. Como a religião não se trata de um segmento que este projeto pretende explorar, nos limitaremos a falar sobre futebol e política. Que relação existe entre um dos movimentos socioculturais mais influentes do mundo e o âmbito político?

Segundo Aristóteles (2019) o homem é, por natureza, um animal político. Isto é, todo homem busca, em sua essência, uma socialização que permita uma boa vivência e a afirmação de seus interesses, assim formando família, aldeia e, por consequência, a cidade, que corresponde à vida em sociedade. A política é constitutiva da relação entre os seres sociais que somos, portanto, bem como está associada aos interesses comuns, às disputas políticas e ao ato de governar uma determinada região (cidade).

Tomamos aqui o conceito de “política” de forma mais ampla, tal como se convencionou compreendê-lo a partir da tradição do pensamento moderno, para o qual a política “compreende toda a sorte de relações sociais”, a ponto do que chamamos de “político” coincidir com o que compreendemos como “social”. (BOBBIO, 2010, p. 960). Percebe-se então a política como um produto da vida em sociedade, presente nas diversas formas de ações coletivas e práticas sociais. O esporte, como parte constitutiva da vida social, não poderia estar fora disso. Se, por um lado, não pode ser reduzido à política; por outro, de maneira nenhuma é possível afirmar que a política está ausente das relações que o constitui.

Essa relação, no entanto, não se dá aleatoriamente, nem naturalmente. As relações entre as classes sociais e suas frações, suas posições na ordem econômica, política, social e cultural, se expressam na forma como a política se desenha nos mais diferentes âmbitos da vida social. Para nós, *classe social* é o conceito que melhor define e ajuda a explicar as diferenças sociais entre indivíduos e grupos no meio social. Segundo Néstor Kohan (2009, p. 9), a luta que se dá entre as diferentes classes:

“Não é um enfrentamento entre indivíduos isolados (por inimizades ou invejas pessoais). É um conflito histórico entre grandes conjuntos de pessoas: as classes sociais. Esta confrontação divide a sociedade em opressores e oprimidos: escravistas e escravos, patrícios e plebeus, senhores feudais e servos da gleba, grandes proprietários e camponeses, burgueses e trabalhadores. Esta contradição impulsiona o desenvolvimento da história.”

Ou seja, trata-se de luta nos seus mais diversos sentidos e que se expressam em diferentes momentos e sob distintas formas e intensidades, entre grupos e frações de classe com realidades totalmente distintas no que diz respeito à posição social, cultural e econômica.

Nosso desafio é, portanto, pensar as relações entre política e futebol tendo como base a compreensão de que a sociedade se divide em classes sociais antagônicas. Dessa forma, outra importante ferramenta teórica que pode nos ajudar a evidenciar os conflitos que estão na base de uma sociedade dividida em classes, e que se expressa através da política, é o conceito de *grande política/pequena política*, trabalhado pelo filósofo e militante italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Enquanto a grande política estaria relacionada a movimentos de preservação do Estado e a manutenção de estruturas econômicas e sociais ou a sua aniquilação em benefício da instituição de uma nova ordem emancipada, a pequena política compreenderia os atos do cotidiano, parciais, que não abalam as estruturas de uma relação de dominação de classes previamente consolidada. A busca pela manutenção da dominação está diretamente associada à tentativa de manter a ação das classes dominadas no registro da pequena política. Quando as classes dominantes conseguem obter êxito com este recurso, mesmo que através de atos compreendidos na definição de pequena política, estão produzindo grande política, ao preservarem estruturas pré-estabelecidas (GRAMSCI, 2007). O uso político do esporte quando se pretende distrair a atenção das massas sobre as questões centrais da política, apresenta-se nesse registro que acabamos de indicar.

Como forma de construção da nossa argumentação, partindo assim pro campo prático, em que poderemos observar a aplicação dos conceitos que apresentamos anteriormente, iremos explorar o desenvolvimento do futebol brasileiro, especialmente durante o último século, entendendo tal prática como um elemento primordial para a construção cultural brasileira, a partir da análise crítica de momentos históricos determinantes em que a associação entre o esporte e a política pôde ser demasiadamente perceptível – ainda entendendo que as atividades em questão jamais estiveram desassociadas.

Pensando nisso, nosso trabalho deve ter como ponto de partida a origem (ainda no século XIX) e rápida popularização do futebol no país, passando pelo seu uso no contexto da formação de uma identidade nacional através do projeto político de unidade nacional durante

a Era Vargas, sobretudo no Estado Novo (1937-1945), e esmiuçando também as intervenções políticas durante os anos de chumbo da Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1985).

CAPÍTULO 1

1.1 OS PRIMÓRDIOS DO FOOTBALL NO BRASIL

Em primeiro lugar, devemos ressaltar que não pretendemos, como se vê largamente, reduzir a história do futebol a Charles Miller e Oscar Cox¹. É muito comum que se observe a divulgação da narrativa romântica e um tanto quanto alterada de que os jovens em questão foram a Inglaterra estudar, se apaixonaram pelo esporte e começaram a introduzi-lo na realidade brasileira ao voltar da Europa com materiais que permitissem a sua prática, enfrentando dificuldade de atrair praticantes em um primeiro momento, mas com uma persistência incapaz de impedir o êxito desse movimento (MELO, 2017).

Denunciar o caráter parcial desse relato não significa ignorar a importância desses personagens na disseminação do esporte. O que se pretende afirmar aqui é que o surgimento e desenvolvimento do futebol no Brasil é mais heterogêneo, diverso e complexo, não partindo de uma única personalidade ou de um único grupo. Não é o objetivo deste trabalho fazer uma busca minuciosa pelas origens do futebol e por indivíduos que tenham sido percussores dessa prática, mas entender como se deu a construção de um fenômeno social que perpassa momentos importantes da história do país.

De fato, o futebol brasileiro tem origem estrangeira, a partir de segmentos da classe dominante. Apesar disso, se faz necessária a identificação da falta de evidências em relação a episódios diversas vezes citados sobre o início da prática do futebol no Brasil. Apesar de admitirmos que a prática do futebol na cidade teve início antes do fim do século XX, não é possível provar que marinheiros ingleses jogaram bola no bairro da Glória, em 1874, ou que trabalhadores ingleses praticaram o esporte na rua Paissandu, em 1893. Ambos os eventos são costumeiramente lembrados, e não pretendemos ignorar a possível veracidade deles, mas questionar o trânsito dessas informações sem a averiguação devida e sem maiores registros no âmbito acadêmico e, conseqüentemente, fora dele. Os principais jornais de grande circulação da época, inclusive os de origem estrangeira e que costumavam noticiar práticas esportivas, não apontam para a comprovação desses fatos (MELO, 2017).

¹ Charles Miller e Oscar Cox eram jovens membros da colônia britânica estabelecida no Brasil e influenciaram fortemente na disseminação futebol, o primeiro em São Paulo, e o segundo no Rio de Janeiro (MELO, 2017).

Melo (2017, p. 9) afirma que “É possível, assim, que alguns jogos de futebol tenham sido disputados, não deixando registros maiores por ainda não adotarem o modelo de organização que o críquete e o tênis tinham estabelecido”². O futebol era tido como apenas mais uma prática recreativa, tendo suas funções reduzidas ao lazer. sequer havia um calendário que nos permitisse informar alguma organização desse esporte. É plausível considerar que partidas de futebol foram realizadas em anos anteriores na então capital do país, contudo, não é possível destacar qualquer importância para o desenvolvimento do jogo da bola.

Quando pensamos no Brasil da Primeira República (1889-1930), pensamos em um país onde se concentrava uma colônia britânica com considerável influência e poderio econômico no período de transição do século XIX para o século XX (GARCIA, 2002). Na Inglaterra foram difundidas as regras que popularizaram mundialmente e que seguem o esporte até hoje. No Rio de Janeiro, o primeiro clube a ser criado oficialmente levava o nome de Fluminense Football Clube, uma iniciativa de Oscar Cox. Nesse momento, em 1902, já havia um calendário dessa prática esportiva que nos permite afirmar com propriedade que as partidas de futebol no Rio de Janeiro já começavam a ser disputadas com alguma organização e regularidade (MELO, 2017).

O fato é que o futebol, ao começar a ser praticado em solo brasileiro, alguns anos antes das primeiras evidências aparecerem, era só mais um esporte a ser praticado com alguma frequência entre rapazes britânicos (MELO, 2017). A oficialização do esporte bretão também acabaria por passar pela influência direta da comunidade estrangeira. O fato de ter sido implementado em um primeiro momento nos clubes destinados às reuniões sociais entre os membros da colônia, exclusivistas por natureza, favoreceu esse movimento.

Esses clubes se tornariam clubes de futebol posteriormente, mesmo que com outras atividades no quadro de esportes. Os materiais que dispunham, desde a bola até os uniformes, passando pela grama e pelos calçados, eram muito apropriados para a prática do futebol. Em resumo, o poderio financeiro da colônia britânica (GARCIA, 2002) favoreceu o processo de

² Desde a década de 1850, já era possível observar a prática de encontros e eventos organizados e frequentados pela colônia britânica estabelecida no Brasil onde eram praticados o críquete e o tênis, esportes desenvolvidos na Inglaterra, com o intuito de cultivar suas tradições mais costumeiras, nesse caso, a prática de *sports*, como forma de celebração do *ethos* britânico (MELO, 2017).

oficialização do esporte. Azevedo (2018, p. 7) afirma corretamente que “O que se viu até aqui, mostrou a dificuldade que existia para jogar futebol, que em maior parte pré-requisitava o poderio financeiro para se associar a um clube ou para formar um”. Isso não impedia que as classes populares praticassem o futebol, mas dificultava que o fizessem no âmbito oficial, já que a própria formação societária excluía esse grupo do convívio social das classes abastadas.

A Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), episódios ainda recentes no início do século XX e que aconteceram com determinado atraso em relação à outras colônias europeias na América do Sul, deram início à busca pela construção de um país inspirado no modelo europeu, e a prática do esporte expressava bem os valores requintados do velho continente.

Segundo Oliveira (2012, p. 3):

“Ser um sportman, termo que designava o futebolista, ou adepto de uma atividade física na velha república era fazer parte de um seletto grupo que cultuava os valores da aristocracia, pois somente a elite poderia dar-se ao luxo de dispor de tempo e recursos para praticar esportes nos clubes ou praças de esporte, que posteriormente se tornariam estádios de futebol”³

Em um momento em que vigorava na Europa um período histórico denominado Belle Époque, caracterizado pelos avanços tecnológicos, sociais e políticos das potências mundiais, viu-se uma possibilidade de difundir valores eurocêntricos a partir da prática do futebol. Assim, o futebol se tornou um espaço pertinente para a socialização entre as classes dominantes que se identificavam com costumes originalmente europeus, fossem os indivíduos pertencentes à essas classes brasileiros ou estrangeiros. É nisso que se baseia a modernização brasileira e é dessa maneira que o futebol inicia seu desenvolvimento no Brasil.

Mencione-se que não era o futebol enquanto apenas jogo que ganhava a adesão das elites. As associações, através de seus dirigentes e atletas eram compostas por pessoas de sobrenomes ditos “tradicionais”, pelos

³ Charles Miller, em São Paulo, e Oscar Cox, no Rio de Janeiro, são dois bons exemplos do que aquela sociedade considerava ser um “sportman”: membros da colônia britânica, ricos que cultuavam valores europeus requintados.

estrangeiros endinheirados, e pelos recém-enriquecidos. Estas pessoas - via de regra - tinham condições políticas, econômicas e sociais para criar numa nova sociedade circunscrita no iminente universo urbano e industrial, iniciado neste período denominado de “Belle Époque”. Nesta perspectiva, os encontros futebolísticos funcionavam como verdadeiros encontros sociais. Tal ambiente era destinado às “boas famílias”; era requintado, e, sobretudo, a serviço das camadas sociais mais “distintas” do início do século XX (SILVA, 2012, p 7).

Nesse contexto, o Fluminense foi o clube que melhor difundiu os costumes requintados do continente europeu, caracterizado pelas confraternizações organizadas pelas “melhores famílias”, como destaca o autor, com a finalidade de discutir as novidades vindas do velho continente (SILVA, 2012). A arquitetura preservada e os espaços presentes até os dias atuais no centro de treinamento do clube, situado no bairro das Laranjeiras, ao lado do Palácio Guanabara, na zona sul do Rio de Janeiro, nos ajudam a entender a importância que o clube teve nesse processo. Aquela é a representação mais óbvia da sociabilização exclusivista que a classe dominante tinha em mente para si e conseqüentemente para o esporte.

1.2 A POPULARIZAÇÃO DO FOOTBALL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA “RACIAL”

Os jovens estudantes de “boas famílias” chegam ao Brasil com a novidade do futebol. No entanto, isso não significa dizer que o futebol não era praticado por todos. O esporte teve rápida aceitação e alta popularização entre as massas, que o praticavam entre si e com suas limitações naturais. Um dos fatores que pode ter contribuído para a rapidez da disseminação do futebol entre as classes é o alto contingente de pessoas que imigrava do campo para a cidade, em vista do esporte ter sido apresentado para a sociedade carioca no contexto urbano (OLIVEIRA, 2012).

Entre outros motivos que indicam a acelerada difusão, podemos considerar como exemplo a prática esportiva como forma de recreação por operários de fábricas estrangeiras e nacionais estabelecidas no Brasil.

Essa natureza de composição talvez possa ajudar a entender a rápida difusão do futebol. Aquela formação societária pode ter permitido certos encontros. Nas agremiações britânicas, entre os mais ricos e os de estrato médio. No cotidiano das empresas, entre os de estrato médio e os mais populares. Além disso, o próprio fato de que os clubes de críquete foram se “abrasileirando” pode ter ajudado a impulsionar a popularização do ludopédio (MELO, 2017, p. 13).

Essa formação hierárquica que permitia alguma interação entre as classes nos ajuda a entender como o futebol começa a se difundir de maneira escalonada e desperta o interesse dos populares. De início, um esporte restrito aos encontros sociais britânicos, mas que permitia um trato com a classe média, que por sua vez, viria a se relacionar, no cotidiano empresarial, com a classe proletária – que vendia sua força de trabalho.

As fábricas funcionavam a partir de uma lógica de exploração de seus funcionários estrangeiros e brasileiros que se submetiam a grandes jornadas de trabalho árduo e cansativo, sem direitos assegurados e em condições precárias, em troca de um salário baixo, à exemplo de qualquer empresa de qualquer país desenvolvido ou subdesenvolvido adepto ao sistema capitalista. Isso nos permite observar na sociedade carioca uma exceção à regra: um time formado, em sua maioria, por operários estrangeiros, mas que por ser de origem suburbana e por admitir trabalhadores em seu plantel, rapidamente passou a ter jogadores negros e brasileiros.

É por essas vias, a partir da inserção do futebol na realidade das fábricas, no momento de lazer dos operários, que o esporte inicia seu processo de popularização. O futebol teria sido apresentado aos trabalhadores da fábrica de Bangu pelo funcionário escocês Thomas Donohoe, e já era praticado com alguma regularidade antes mesmo da fundação do *Bangu Athletic Club*, por parte dos funcionários da fábrica, em 1904 (AZEVEDO, 2018).

Sobretudo por se tratar do Brasil, devemos pensar o processo de popularização do futebol a partir de sua racialização. Afinal, falamos de um país que tem a maior parte de sua história construída em razão de um regime escravocrata, em que era comum, entre diversos outros absurdos, a comercialização e apropriação dos corpos negros.

Retomemos de maneira resumida a relação que fizemos entre o desenvolvimento do futebol e o contexto político da época da transição dos séculos. Escravos libertos e República instaurada. Inspirando-se na Belle Époque, seja no espaço urbano, na maneira de se vestir,

no campo tecnológico... inicia-se a corrida de um dos últimos países da América do Sul a conquistar sua independência enquanto colônia, periférico em razão de um sistema global que trabalhava sob a lógica do capitalismo, atrás de sua modernização e desenvolvimento.

A população negra agora é liberta, verdade, mas sem nenhum tipo de direito específico garantido pelo Estado. Afinal, o caráter liberal da Primeira República concebia ao Estado a confortabilidade em não estabelecer políticas públicas que configurassem assistência à população negra. Era uma população que vinha de um período de mais de 300 anos de escravidão e precisava se virar para incluir-se ao convívio social e, mais que isso, sobreviver a ele.

O resultado: a população preta formando a periferia da cidade, com seus barracos improvisados e amontoados, sem condições econômicas para se sustentar de uma forma digna ou para mandar seus filhos para escola e com possibilidade mínima de ascender socialmente. O processo de marginalização da população negra do país não foi interrompido com a assinatura da Lei Áurea. É nesse contexto que o futebol chega ao Brasil, e é a partir dessa realidade que ele é apresentado à população.

O negro não deixa de jogar futebol, ele começa a jogar bola de sua forma: na rua, descalço, improvisando bolas com materiais como meias (FILHO, 2003). Há pouquíssima inserção nesse momento. O que se percebe é a rápida disseminação de um novo esporte em uma realidade desigual, em que a população preta era em sua esmagadora maioria pobre, e a classe dominante carioca era formada por estrangeiros e brasileiros ricos e caucasianos.

Flamengo, Fluminense e Botafogo eram clubes com frequentadores muito bem definidos: pessoas de classe média e classe média alta, adeptas aos costumes mais requintados. O plantel desses clubes era formado apenas por seus associados, aqueles que mantinham a mensalidade em dia e que também eram vistos em festas e reuniões sociais organizadas pelo clube (O NEGRO, 2018).

Para entrar no Fluminense, o jogador tinha que viver a mesma vida de um Oscar Cox, de um Félix Frias, de um Horácio da Costa Santos [...] todos homens feitos, chefes de firma, empregados de categoria de grandes casas, filho de papai rico, educados na Europa, habituados a gastar. Era uma vida pesada. Quem não tivesse boa renda, boa mesada, bom ordenado, não aguentava o repuxo (FILHO, 2003, p. 10).

Não pretendemos fazer, à exemplo de Mario Filho, uma condenação moral da riqueza. A análise do trecho destacado tem como finalidade única observar o perfil das pessoas que constituíam o elenco dos mais tradicionais clubes cariocas.

Em campo e nas arquibancadas, essas características também eram observáveis. A tentativa sempre foi fazer o negro entender que aquele não era seu lugar. Na arquibancada, homens e moças elegantes, e em campo, os jogadores representantes da elite branca. Os populares ao menos podiam assistir aos jogos, mesmo que isso não configurasse uma relação amena entre pobres e ricos, negros e brancos. Ao contrário, refletia as desigualdades marcadas pela opressão de classe. No contexto da oficialização do futebol paulista, com o surgimento do Paulistano, a camada popular, o pobre e o preto, eram deslocados para fora da arquibancada elitista, para o velódromo (que ficava entre o campo e a arquibancada), o que daria origem à geral⁴ (O NEGRO, 2018).

No Rio de Janeiro, em 1905, o Bangu era o único time a disputar a Liga Metropolitana – principal competição da época – que integrava um negro em seu elenco. Não era algo normal de se ver em uma liga disputada por clubes de grã-finos da zona sul. Essa popularização do esporte não ameaçava a soberania da classe dominante carioca em um primeiro instante, já que destacava as diferenças entre grandes e pequenas equipes (AZEVEDO, 2018).

O que distinguia o Bangu do Botafogo, do Fluminense, era o operário. O Bangu, clube de fábrica, botava os operários do time em pé de igualdade com os mestres ingleses. O Botafogo e o Fluminense não, nem brincando, só gente fina. Foi a primeira distinção que se fez, entre clube grande e pequeno, um, o clube dos grandes, o outro, o clube dos pequenos (FILHO, 2003, p. 3).

Filho (2003) destaca o desleixo dos europeus que integravam o elenco daquela equipe quanto a aparência. Enquanto os trabalhadores estrangeiros pouco se preocupavam com suas vestimentas, Francisco Carregal, único negro e brasileiro daquela equipe, se preocupava em

⁴ A geral era um espaço sem acentos que se notabilizou por ser mais acessível, com ingressos comercializados por um preço mais baixo, consequentemente recebendo a população mais humilde, periférica e preta, localizada abaixo das arquibancadas e marcada por sua estrutura inferior ao local frequentado pela classe média branca.

mostrar-se mais apresentável a partir do uso de roupas e calçados novos e sofisticados, habitualmente usados por pessoas brancas.

Segundo Filho (2003, p. 32) “Francisco Carregal, talvez por ser brasileiro e mulato, o único brasileiro, o único mulato do time, caprichou na maneira de vestir. Era o mais bem vestido dos jogadores do Bangu. Um verdadeiro dândi em campo.”.

O trecho nos ajuda a entender pelo que passariam os negros em seus contatos iniciais com grandes clubes, mesmo que como adversários. A ideologia do embranquecimento seria usada no futebol com o intuito de que fosse atrelado ao negro um caráter tido como civilizado em relação aos seus companheiros brancos: o uso do pó de arroz no rosto para disfarçar a cor da pele, o uso de objetos na cabeça para deixar a aparência do cabelo o mais próximo possível de algo liso, o uso de roupas que os brancos estavam habituados a usar (FILHO, 2003).

A diferença de tratamento para com os pretos em relação aos brancos era visível em campo, tanto por parte dos jogadores quanto por parte da torcida. Tudo era motivo para pedir falta, cartão ou qualquer forma de punição (FILHO, 2003). Ali, o negro devia evitar o contato, pois caso houvesse, independentemente de como fosse, seria o ele o infrator.

A crescente inserção dos negros no futebol dito oficial, sobretudo no futebol carioca, incomodou a diretoria da liga e potencializou a criação um projeto de lei proibiu a inscrição “pessoas de cor” na Liga Metropolitana, em 1907⁵. Essa proibição era contra os negros, que não cumpriam as exigências da liga – ricos, caucasianos e com costumes requintados europeus. Houve tentativa de oposição, mas em maior escala houve quem concordou com as determinações incluídas no projeto de lei, levando assim o Bangu a abandonar a disputa da liga.

Comunico-vos que a diretoria da Liga, em sessão de hoje, resolveu por unanimidade de votos que não serão registrados como amadores nesta Liga as pessoas de cor. Para os fins convenientes ficou deliberado que a todos os clubes filiados se oficiasse nesse sentido a fim de que cientes dessa resolução de acordo com ela possam proceder (FOOT-BALL... 1907, p. 3)

⁵ FOOT-BALL The Bangú Athletic Club. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 18 maio 1907. Gazeta dos Sports, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1907_00138.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

Com o modelo de reforma urbana da Belle Époque como referencial para a modernização brasileira, não era possível imaginar a existência de um convívio livre de tensões entre as classes. Nessa perspectiva, e pensando na tentativa de implementação de um padrão cultural europeizado, se tornava ainda mais difícil a inserção do negro em qualquer atividade marcada pela presença branca e colonizadora.

É incorreto pensar que não houve reação por parte da comunidade negra. O futebol era um fenômeno justamente porque deixou de ser restrito à uma determinada classe, mas ocupava todos os espaços da cidade. Os populares praticavam o futebol como podiam e, em alguns anos, formaram a Liga Suburbana do futebol carioca (MELO, 2017). A entrada dos negros no convívio social não foi nada amigável, tampouco no futebol dito oficial. A verdade é que esse processo não foi linear, livre de tensões ou afetuoso.

Foram vários os obstáculos, e foi enorme a luta do povo preto – que ainda enfrentaria diversas formas de repressão – para se incluir nesse meio, que ainda nos dias de hoje não se mostra totalmente receptivo à essas pessoas. A popularização do futebol, portanto, pressupõe resistência, na medida em que a população negra jamais deixou de reivindicar sua presença neste espaço. É por essas e outras que não se pode separar futebol e política.

A conclusão que se pretende chegar é que a prática futebolística em nosso país esteve desde os seus primeiros momentos de desenvolvimento agregada à luta de classes oriunda de um sistema que tem a desigualdade social como característica principal. Em resumo, nota-se o início de uma relação que se tornaria comum: A tensão entre as classes, atravessada pelo racismo estrutural, se manifestando no ato da prática do futebol, como acontecia em qualquer atividade da vida social.

CAPÍTULO 2

2.1 GETÚLIO E A BOLA: a construção do “país do futebol” durante a Era Vargas

A proibição imposta pela Liga Metropolitana quanto a não participação de atletas “de cor” perdurou por um bom tempo. A organização societária carioca ecoava a luta de classes no âmbito esportivo e colocava em xeque a participação de futebolistas negros nos clubes de futebol que disputavam a principal competição da cidade. A resistência das classes abastadas que sustentavam a existência da liga era grande e a segregação que se observava no ato da prática do futebol sobreviveu à segunda década do século XX (LEMOS; GUEDES, 2008).

Até a década de 1920, o futebol deveria ser praticado apenas pelos elementos "sãos", "puros", cordiais, ricos e de origem letrada e para isso as ligas criaram mecanismos – como a cobrança de altas taxas de filiação – de modo a fazer do futebol um espaço de diferenciação e uma marca da "superioridade" da elite branca e abastada (LEMOS; GUEDES, 2008, p 5-6).

Destaca-se a manutenção do caráter amador do esporte como recurso principal na tentativa de não admitir pessoas de classes economicamente inferiores na Liga Metropolitana. Dessa maneira, a parcela da população endinheirada e influente do Rio de Janeiro restringia para si a prática do esporte bretão de maneira oficial, pois somente esta poderia ter tempo e condição econômica para a atividade esportiva (LEMOS; GUEDES, 2008).

Uma série de acontecimentos acabou por começar um processo de mudança nesse cenário. Primeiro, com o Sul-Americano de 1919⁶ e o ganho de notoriedade de jogadores brasileiros, iniciou-se o êxodo de atletas atraídos pela possibilidade de fazer do futebol um trabalho em outros países que já haviam profissionalizado o esporte (LEMOS; GUEDES, 2008). Os clubes brasileiros perdiam seus principais jogadores e precisavam agir.

Houve muita objeção quanto à inserção de negros no futebol amador. Para que fique claro o quanto as tensões entre as classes se refletiam no esporte, no Sul-Americano de 1921, o presidente Epitácio Pessoa solicitou à Confederação Brasileira de Desporto (CBD) que não

⁶ Torneio disputado entre seleções da América do Sul, que contavam com jogadores de seus respectivos países.

chamasse atletas “de cor” para a competição, com receio de que a presença destes prejudicasse a relação política com outros países (LEMOS; GUEDES, 2008). Quando a Liga Metropolitana começou a se mostrar flexível ao processo de popularização do esporte, os grandes clubes se mostraram insatisfeitos por não identificarem benefícios no processo de inserção dos negros ao futebol dito oficial, já que o fenômeno ia de encontro com a política exclusivista que a classe dominante intencionava ao esporte, e decidiram então abandonar a liga e formar uma nova entidade reguladora, a AMEA (Associação Metropolitana de Esportes Atlético), em 1924. Aquele era um movimento um tanto quanto natural pois os grandes clubes mantinham a existência da Liga Metropolitana a partir do poder econômico, sobretudo por conta de seus estádios próprios e o grande contingente de pessoas que atingiam (LEMOS; GUEDES, 2008).

Para o que nos interessa no momento podemos citar entre tais regras de que os times só poderiam ser formados por trabalhadores que não exercessem funções subalternas e por estudantes. Sendo assim o amadorismo era um elemento dissimulador do racismo e da segregação, o que denota não proibição, mas sim resistência à participação de negros em jogos oficiais (LEMOS; GUEDES, 2008, p. 10).

Menciona-se também o surgimento do Vasco da Gama como clube de futebol (antes suas atividades eram restritas ao remo) como fator determinante no processo de inserção dos negros nos grandes clubes. O clube, que aceitava em seu plantel pessoas de todas as classes, etnias, religiões e nacionalidades, acabou por formar uma equipe muito forte e competitiva, garantindo o acesso para a primeira divisão e a vencendo em sua primeira participação na liga, mesmo com diversos atletas de origens diferentes (LEMOS; GUEDES, 2008). Por mais que o Bangu tenha sido o primeiro clube do futebol carioca a admitir negros em seu elenco⁷, o Vasco da Gama foi a primeira equipe a sair vitoriosa em uma competição recheada de clubes elitistas com um elenco diverso. A presença de negros nos citados clubes não era coincidência. Nesse sentido, se refletiam os fatores da disposição econômico-geográfica da cidade do Rio de Janeiro na prática do esporte, já que o Bangu era um clube da parte pobre da zona oeste e o Vasco da Gama um clube da zona norte (região habitada pelos periféricos),

⁷ Na cidade de São Paulo, a Ponte Preta já contava com jogadores negros em seu time de futebol desde o início do século XX e tinha inclusive no ato de sua fundação a participação de um negro (O NEGRO, 2018).

enquanto os grandes clubes mantinham suas sedes esportivas na zona sul, região mais favorecida economicamente em relação as demais, e onde habitavam os integrantes da classe mais abastada da capital federal.

Manifesta-se o racismo a partir da manutenção do amadorismo da atividade oficial do futebol. A profissionalização do esporte em 1933, já com o Brasil presidido por Getúlio Vargas, quando não se podia mais sustentar o caráter amador do futebol, pois o Brasil perdia uma enorme quantidade de atletas para outros países, estes atraídos pela valorização atribuída aos seus respectivos serviços como jogadores de futebol, possibilitou que pobres e negros tivessem tempo para jogar futebol e que ascendessem por meio do esporte em seu país natal (LEMOS; GUEDES, 2008).

Outro fator foi as manobras que algumas equipes faziam para assalariar seus jogadores, num processo de profissionalismo velado. O Vasco da Gama, por exemplo, pagava aos jogadores como se fossem funcionários da fábrica que deu origem ao clube, quando na verdade eles dedicavam suas atividades à prática esportiva (MELO, 2017).

Aqui chegamos em um momento histórico primordial para o desenvolvimento do futebol brasileiro: a Era Vargas (1930-1945). Se no período da Primeira República brasileira o desenvolvimento do Brasil como nação independente estava diretamente associado à adoção de costumes europeizados, já durante o Governo Provisório (1930-1934)⁸ percebia-se uma clara transição de ideias. Agora, o Estado, como representante da classe dominante, em consonância com a elite intelectual, agiria com o propósito de trazer ao povo brasileiro o sentimento de pertencimento através da ratificação de elementos que faziam parte da cultura nacional, fugindo dos padrões estrangeiros tidos como mais civilizados.

Nesse sentido, se faz necessário o entendimento do que seria identidade nacional, que é construída e ressignificada por um grupo específico, aquele que detém o poder político-ideológico. A definição desse conceito é variável e está diretamente ligada ao processo das mudanças históricas, dependendo, portanto, do momento político ao qual é colocado em prática. A identidade nacional pertence, sim, ao indivíduo particular, mas sofre mudanças de acordo com o grupo cultural ao qual está incluído (SILVA, 2016).

⁸ O Governo Provisório (1930-1934) é a primeira de três fases constituintes da Era Vargas, que também contou com o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945).

De acordo com Linhales (1996), os agentes no poder começavam a observar na prática esportiva que tinha entusiastas de todas as classes a possibilidade de apaziguar conflitos sociais existentes na sociedade brasileira, de modo a unir o povo em um movimento que visava formar a identidade nacional. Buscava-se o controle da população, sobretudo através da homogeneização das atividades culturais, com o objetivo de conter manifestações populares. É comum e histórico que as classes, em luta, promovam mudanças em suas estratégias no sentido de ascender ou de manter as estruturas, nesse caso, das classes abastadas a fim de garantir sua dominação.

Com a popularização do futebol em um movimento que simboliza a resistência da comunidade negra e o insucesso do teor exclusivista com o qual o esporte chegou ao Brasil, este seria um elemento a ser usado de maneira significativa pelo Estado nesse processo, assim como outros que faziam parte do cotidiano brasileiro. A busca pela modernidade, agora, se dava através da construção de uma imagem positiva do país através da reafirmação e valorização da cultura popular com o objetivo de fazer com que o indivíduo se sentisse pertencente à um determinado coletivo, resultando em um sentimento de unidade que seria importante no processo de desenvolvimento do Brasil como independente e singular, uma vez que não se compreendia o país como uma “nação” disposta de elementos próprios, mas como apenas um território governável (SÁ; STAREPRAVO, s/ data).

Segundo Kelen Prates Silva (2016, p. 5):

“Os intelectuais agiram como mediadores na criação da identidade e da memória nacional, o Estado teve papel ativo nesse processo recorrendo a aspectos da cultura popular, como por exemplo, o rádio, o futebol e o samba, para criar o sentimento de unidade nacional. É durante os anos 1930 que o Estado volta suas atenções para a prática esportiva que havia ganhado as massas. O futebol passa, portanto, a ser visto como símbolo do nacionalismo brasileiro, elemento que reafirma a brasilidade.”

O Estado, portanto, passa a usar o futebol com finalidades político-ideológicas, em um movimento nada novo e, pelo contrário, bastante comum quando falamos do esporte de modo geral. As atividades esportivas foram constantemente utilizadas com finalidades políticas por instituições em sociedades passadas (SIGOLI; DE ROSE JR, 2004) e tal característica agora ganhava força no contexto nacional.

Espaço privilegiado para práticas ritualísticas públicas e diárias nas sociedades contemporâneas, por ter em seu interior um micro cosmo (autônomo da sociedade), temporalidades próprias, espaços definidos (oficiais ou não), tensões e regras específicas (criadoras de uma moralidade, uma ética própria), o futebol enquanto drama torna-se uma das expressões da identidade nacional dessas sociedades, seus problemas, percepções, elaborações intelectuais e emocionais e seus sentimentos concretamente sentidos e vividos (PARDINI, 2007, p. 4).

Esse movimento se deu de maneira gradual e teve seu auge durante o Estado Novo (1937-1945). Os setores mais elitistas da cidade naquele momento, como a burguesia industrial, buscavam o controle da população e a legitimação de um governo autoritário, promovendo uma tentativa de superação da herança regionalista do período que antecedeu o governo getulista (PARDINI 2007). Essas tensões, inclusive, se refletiam dentro de campo, principalmente em partidas entre atletas cariocas e paulistas.

Pardini (2007) relembra um evento que simbolizou bem o caráter nacionalista do governo estado-novista. A cerimônia das bandeiras, em 1937, tinha o objetivo de ratificar o artigo da Constituição que não permitia o uso de bandeiras, símbolos e hinos que não fossem nacionais, ressaltando assim a ideia de uma nação unificada, contando com a queima das bandeiras regionais e a execução do hino nacional.

Vargas encontrou muitas maneiras de associar o futebol ao sucesso de seu regime. A Seleção Brasileira de Futebol era a mais importante ferramenta da reafirmação e da divulgação do nacionalismo brasileiro, principalmente em momentos de grandes eventos, como nas Copas do Mundo de 1934 e 1938. Em 34 a CBD se recusou a convocar atletas profissionais, em uma notória manifestação contra a profissionalização do futebol e as consequências que ela traria para aquele meio, e a seleção acabou eliminada de maneira precoce da competição. A atitude fazia parte de uma briga política com a Federação Brasileira de Futebol (FBF), entidade situada hierarquicamente abaixo da CBD na época, que havia aderido à profissionalização do futebol (SILVA, 2016). Contudo, a seleção ficou mais três meses jogando partidas amistosas na Europa com a intenção de divulgar a imagem do Brasil como nação e gerar na população brasileira o ideal coletivista harmonioso que seria uma suposta característica daquele povo. Aquela também era uma tentativa de tirar o foco das massas das atividades da vida pública.

A incorporação do futebol ao cenário da cultura popular se materializa no sucesso esportivo da seleção brasileira, principalmente quando a equipe é vice-campeã da Copa Sul-Americana. Assim, os integrantes daquela nação chegavam, mais do que nunca, animados e esperançosos para a disputa da Copa do Mundo de 1938, que agora contaria com os principais jogadores do país, inclusive paulistas e cariocas, superando assim uma rivalidade regional histórica (SILVA, 2016). Ali se percebe o triunfo da estratégia do uso do futebol para garantir legitimação ao governo.

O elenco brasileiro também contava com jogadores negros, que simbolizavam a miscigenação da população, em uma tentativa de reforçar a valorização da raça brasileira através da expressão das diversidades da nação, ainda que essas diferenças fossem marcadas por uma disputa histórica entre as classes. Ou seja, era transmitida a falsa ideia de uma democracia racial que nunca existiu no Brasil.

A imprensa, que sofria controle estatal, teve papel primordial na divulgação do Brasil como o “país do futebol”, retratando sempre o esporte como um meio onde se revelava a diversidade do povo brasileiro e seu convívio harmônico com as diferenças (PRATES SILVA, 2016). Era por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que foi idealizado durante o Estado Novo, que o Estado exercia o controle das informações que circulavam e fazia propaganda de seu regime (DRUMOND, 2009).

A derrota por 2x1 para a Itália, na semifinal, com muitas reclamações quanto a arbitragem da partida, que teria marcado um pênalti duvidoso para os italianos, acabou por gerar uma imensa frustração no povo que se mostrava esperançoso com a possibilidade do título da Copa do Mundo, mas que não impedia que o brasileiro se considerasse campeão moral, muito por conta de um sentimento de injustiça. Via-se como, na prática do esporte mais popular da época, trazia-se à tona um sentimento de esperança para próximas disputas e sobretudo de união em prol de uma eliminação injusta (SILVA, 2016).

Assim se manifestou o jornal O Globo (1938, p. 1) após a seleção se despedir da disputa da Copa do Mundo: “Façam justiça ao Brasil! O mais absurdo penalty da história do

football não nos pode eliminar da <<Taça do Mundo>>. Do contrário a C.B.D deverá abandonar a FIFA sem disputar qualquer outro jogo na Europa”.⁹

Destaca-se também as recorrentes festas cívicas realizadas pelo governo getulista como uma clara manifestação do uso do esporte por parte do regime. As mais diversas festividades eram realizadas principalmente em estádios de futebol, sobretudo durante o período estado-novista, nos mais diversos feriados. As celebrações contavam sempre com a ilustre presença do chefe de Estado, além, claro, de apresentações esportivas, especialmente o futebol, esporte mais popular da época (DRUMOND, 2009).

O mais relevante feriado explorado por Getúlio era o de 1º de maio (Dia do Trabalhador). O Estádio de São Januário, na zona norte do Rio de Janeiro, abria suas portas para a comunidade carioca, contando sempre com forte presença das massas, já que não era cobrada entrada. Vargas, que não perdia a oportunidade de divulgar sua imagem e a de seu regime, geralmente promovia algum decreto que agradava os trabalhadores, sendo assim muito celebrado pelos presentes, enquanto o DIP transmitia e registrava tudo (DRUMOND, 2009).

Os eventos promovidos pelo governo tinham como objetivo a simbolização da instauração de um novo modo de fazer política que rompia com as heranças da Primeira República, representando a imagem de um povo supostamente contente e unido. Como afirma Drumond (2009) esse rompimento se dava sob a liderança de Getúlio Vargas, associando a si elementos culturais populares como o esporte – além também de dispor de uma ótima habilidade de se articular com a população –, promovendo assim a máxima dissimulação da relação antagônica entre as classes que formavam aquela sociedade, comandando uma nova geração de brasileiros, trazendo à tona uma sensação de progresso e um clima ameno.

O futebol em sua prática era um espaço onde se identificava a manifestação do sentimento de unidade e pertencimento que aquele povo adquiria durante o final da década de 1930 e que refletia os ideais nacionalistas implementados pelo regime. Observava-se no jogo da bola a caracterização de uma sociedade diversa, com os mais variados jogadores,

⁹ O Globo, Rio de Janeiro, 17 jun. 1938. Edição 11 H, p 01. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

contando com uma intensa miscigenação – mesmo que tal característica não revelassem um clima livre de tensões entre as classes, mas pelo contrário, reafirmasse-as. E, principalmente, um futebol que se distanciava dos padrões europeus, sendo único e melhor, uma característica simbólica daquele novo Brasil autêntico, harmônico e que cultuava valores próprios.

2.2 FUTEBOL DE MULHERES: “o mais político dos esportes”

É importante que o resgate do futebol feminino seja feito nesta temporalidade pois é durante o Estado Novo que desdobramentos importantes a seu respeito se fazem valer. Antes, façamos um resgate de como se dava, em parte, a participação de mulheres no esporte nos anos que antecederam sua popularização no Brasil, ainda na primeira década do século, a partir de uma das cenas narradas de Mario Filho (2003, p. 23-24):

“O futebol prolongava aquele momento delicioso de depois da missa. As moças, mais bonitas ainda. Tinham ido em casa, demorando-se diante do espelho, ajeitando o cabelo penteado para cima, encacheado. Na arquibancada, sentadas, abrindo e fechando os leques, sérias, sorridentes, quietas, nervosas, como que ficavam em exposição. [...] Os jogadores gostavam de aparecer um instante, suados, cansados, na arquibancada, para cumprimentar as moças. Não se demoravam muito, vinham e iam, as travas das chuteiras rangendo no cimento. As moças ficavam mais nervosas, aí é que não paravam de abrir e fechar os leques. [...] E os pais e as mães perto, achando tudo aquilo muito certo, muito direito. E tudo estava mesmo muito certo, muito direito. Os filhos no campo, as filhas nas arquibancadas.”

Aquele era, de acordo com aquela organização societária, o *modus operandi* que se devia seguir. Mulheres limitadas às arquibancadas, sempre arrumadas e observando os rapazes batalhando em campo, em um esporte tido como agressivo à sua saúde, já que deveriam se dedicar aos serviços domésticos e ao trato com as crianças, desde dar à luz até o acompanhamento integral.

No entanto, as mulheres já jogavam bola, em determinada medida, mesmo que sem um caráter oficial e com pouca adesão em relação ao futebol dos homens. Silvana Goellner (2005) destaca uma partida de futebol feminino entre catarinenses e tremembenses em 1921 e uma crônica do *Jornal dos Sports* sobre uma partida entre clubes formados por moças no

subúrbio carioca. Em 1940, o jornal *Folha da Manhã* destacava que 10 times formados por mulheres já existiam no Rio de Janeiro (FRANZINI, 2005).

Apesar de receber apoio em um primeiro momento, seu desenvolvimento rapidamente foi reprimido, afinal, tratava-se de uma drástica mudança no modelo de sociedade que vigorava a época e ia de encontro com os ideais estado-novistas. Um trecho do parecer divulgado pela Subdivisão de Medicina Especializada abordava da seguinte maneira o futebol feminino:

“Existe hoje uma interminável bibliografia sobre assuntos referentes à educação física e desportos, sendo todos os autores unânimes em profligar o jogo do “velho esporte bretão” pelas mulheres, por acarretar traumatismos que podem afetar departamentos do organismo feminino especialmente delicados e de importância vital.”¹⁰

O regime getulista, depois de receber apelos para que tratasse o esporte como “calamidade sobre a juventude feminina”, amparado pela Subdivisão de Medicina Especializada, tratou de proibir a prática de alguns esportes entre as mulheres, dentre eles o futebol, por meio do decreto de lei em que deu ao extinto Conselho Nacional de Desportos (CND) o poder de definir quais esportes poderiam ser praticados por mulheres a partir de sua suposta natureza frágil (FRANZINI, 2005).

“às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”¹¹

Aquele não era um movimento que ia de encontro ao futebol feminino de maneira exclusiva, mas que ia contra a mudança que tal prática, quando feita pelas mulheres, trariam àquele meio. Segundo Franzini (2005) “o grande problema dizia respeito não ao futebol em si, mas justamente à subversão de papéis promovida pelas jovens que o praticavam, uma vez que elas estariam abandonando suas “funções naturais””. O futebol feminino representava

¹⁰ “Parecer da Sub-divisão de Medicina Especializada a Despacho do Exmo. Snr. Presidente da República”, assinado por Paulo Frederico de Figueirêdo Araújo. Rio de Janeiro, 17.05.1940. Arquivo Gustavo Capanema — CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (RJ): GC 36.04.22/g — Filme 42 — mf. 0118.

¹¹ Apud MANHÃES, E. D. Política de Esportes no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.134.

uma ameaça ao status quo de uma sociedade patriarcal. A mulher saía de seu lar e de seu “papel natural” de “boa mãe” de estilo recatado e deixava de restringir suas atividades ao meio doméstico, e o Estado agia de forma a manter as estruturas, tomando para si as questões que envolviam o corpo (FRANZINI, 2005).

Mesmo que incipiente, a participação das mulheres no futebol representava uma transgressão ao hegemonicamente aceito como constitutivo da identidade feminina que tinha na imagem da mãe grande aceitabilidade. Lembremos que neste tempo o corpo feminino é visto como um bem social a alojar a esperança de uma prole sadia. É no seu corpo que se gestava o bom fruto e o “fructo é o transbordamento da seiva que se desprende para reproduzir-se” (GOELLNER, 2005, p. 4).

As mulheres se viam banidas da prática futebolística por meio de uma justificativa claramente equivocada (ao qual caberia uma análise mais profunda, o que não é o objetivo deste trabalho) que caracterizava o machismo em sua essência. O fato é que, diante de tal proibição, o desenvolvimento do futebol feminino esteve em xeque até o fim da década de 1970, quando em 1979, a deliberação do CND foi revogada (GOELLNER, 2005).

Nesse momento, com a prática do futebol entre as mulheres liberada, os obstáculos tornavam-se outros, que primeiro se relacionam à constante erotização do corpo feminino. Destaca-se o movimento da Federação Paulista de Futebol, em 2001, que tratou de “embelezar” o Campeonato Paulista Feminino daquele ano, de forma a reafirmar a feminilidade da mulher, fazendo exigências quanto à beleza das jogadoras que disputariam a competição (KNIJNIK, 2001).

Ao mesmo tempo, no caso de fuga de um padrão de beleza tido como essencial e ideal, resultantes de treinos intensos e diários, as mulheres eram contestadas quanto à sua feminilidade e até quanto as suas preferências pessoais, como se a relação entre seu corpo e sua sexualidade fizesse algum sentido. Como destaca Goellner (2005, p. 6) “o homem - seu corpo e seu comportamento - é o modelo a partir do qual o corpo e o comportamento da mulher são julgados”.

É nesse sentido que Roberto Jardim¹² em entrevista concedida no processo de execução deste trabalho, disse “Acredito que, por natureza, o futebol feminino é o mais político dos esportes.”. Apesar de falar rapidamente o motivo pelo qual pensa dessa forma, um trecho de outra entrevista explica muito bem tal afirmação. Por mais que se identifique claramente a presença de questões que se refletem no âmbito esportivo, a Professora Silvana Goellner¹³ explica que:

“É interessante pensar que no caso do futebol de mulheres as questões se agravam porque o futebol de mulheres é considerado algo menor e secundário em nossa cultura, assim como as mulheres são tratadas em nossa sociedade, basta ver o feminicídio, abuso e violência que são muito presentes.”

Temos aqui, portanto, a partir de reflexões de nossos entrevistados, uma análise crítica de como se reflete, na prática do futebol, questões conflituosas existentes em nossa sociedade. No caso específico do futebol feminino, a histórica cultura machista que há séculos se faz presente na relação entre os seres humanos.

Percebe-se, portanto, que a jornada das mulheres na tentativa de se incluir em um meio ocupado quase que majoritariamente por homens sempre foi árdua, de uma enorme complexidade e disposta de valores patriarcais que se qualificam no meio social e emergem os campos de futebol. Devido a todas as questões machistas que o permeiam, este espaço ainda não é ocupado de maneira significativa entre as mulheres. Por mais que tenha apresentado melhora nos últimos anos, percebemos os problemas que o rondam quando o comparamos com o futebol dos homens, sendo assim um espaço ainda a ser conquistado pelas mulheres.

¹² Roberto Jardim é formado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), trabalhou na redação nos Jogos Olímpicos de 2000, 2004, 2008 e 2012 e nas Copas Do Mundo de 2002, 2006 e 2010. É autor do livro “Democracia Fútbol Club e outras histórias: o jogo de bola além das quatro linhas” onde destrincha a jornada de 12 personalidades influentes no âmbito futebolístico politicamente engajadas.

¹³ Silvana Goellner é formada em Educação Física pela UFMS, mestre em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS, doutora em Educação pela UNICAMP e pós-doutora pela Faculdade do Desporto da Universidade do Porto (Portugal). É co-curadora das exposições "Visibilidade para o Futebol Feminino" e "Contra-Ataque: as mulheres do Futebol" realizadas no Museu do Futebol em 2015 e 2019, respectivamente. É pesquisadora com destaque em temas como história do corpo, da educação física e dos esportes, gênero e sexualidade, mulheres e esporte, documentação, informação e memória.

Como nos destaca a professora Silvana Goellner (2005), por mais que a gradativa superação de obstáculos seja um movimento significativo no sentido da descaracterização de um universo até então próprio do homem e na reafirmação de suas aspirações, desejos e necessidades, ainda assim a estrutura da modalidade é precária, tanto nas organizações de campeonatos quanto na aplicação de políticas públicas e privadas de incentivo e muito mais, sendo esse um espaço ainda a ser habitado por parte das mulheres.

2.3 FUTEBOL E DITADURA: Pra frente, Brasil?

No decorrer dos anos 1945 até 1964, durante o que conhecemos como período democrático – que antecedeu o golpe que colocaria militares no poder e instauraria a Ditadura Civil-Militar no Brasil –, em que o Brasil conquistou as Copas do Mundo de 1958 e 1962, o que se viu foi a concretização de um esporte das massas, em um processo que, como informado por nós, já vinha acontecendo de maneira gradual e já tomava grandes proporções. Durante o período, a estratégia adotada por boa parte dos governantes continuou sendo o envolvimento com questões futebolísticas, sobretudo com os clubes de futebol, na expectativa de formar uma relação de troca de favores, uma vez que o objetivo principal desse movimento era conquistar apoio eleitoral (SÁ; ESTAREPRAVO, s/ data).

Não houve, durante esse meio tempo – e nunca na história do futebol –, uma interrupção na relação futebol-política. O fato é que a partir 1964, essa relação se intensificaria e se daria nos moldes do regime varguista, com base no caráter popular do futebol, que era visto como elemento primordial no processo de unificação da nação e mitigação dos conflitos políticos. Obviamente, mesmo que os períodos possam ser comparados, tudo isso se deu de acordo com as particularidades de cada época, ou seja, apesar das semelhanças, diferem-se bastante no sentido de suas características.

Primeiro, contextualizemos rapidamente o período que pretendemos investigar: sob a justificativa da tentativa de impedir um suposto “avanço comunista” e de salvar a economia local, os militares, por meio de um golpe, assumem o poder no dia 1 de abril de 1964. Durante o período que durou mais de vinte anos, os chamados subversivos, aqueles que eram opositores ao regime, foram perseguidos, ameaçados e torturados pelas medidas ditatoriais

opressivas, sustentadas pela Lei de Segurança Nacional (GIANORDOLI-NASCIMENTO; MENDES; NAIFF, 2014).

O então esporte mais popular do país é apropriado pelo governo ditatorial de forma a obter consentimento quanto ao seu caráter autoritário, em um processo bastante complexo que merece uma análise cautelosa – destaca-se que não foi só o futebol explorado nesse sentido, mas outros esportes e os mais diversos elementos culturais. Nesse sentido, pretendemos investigar a associação entre o sistema político vigente na época e a Seleção Brasileira e Futebol, sobretudo nos períodos das Copas do Mundo de 66 e 70, que movimentavam o interesse de parte significativa da população.

Naquele momento, a seleção nacional buscava o tricampeonato da Copa do Mundo, o que seria de suma importância para a reafirmação dos interesses governamentais, já que, na visão dos governantes, isso promoveria um ar de festividade e pertencimento, em um movimento que amenizaria as manifestações populares. A primeira das atitudes foi notável: o regime começava a ocupar os cargos da seleção com militares.

Na Copa do Mundo de 1966, os selecionados brasileiros foram recepcionados por Castelo Branco, primeiro ditador do período, em uma dinâmica política que visava demonstrar apoio à seleção nacional. Aquele grupo, no entanto, apesar de ter a presença de Pelé, tinha uma idade elevada e não apresentava a capacidade técnica de outrora, o que resultou numa precoce eliminação que já podia ser imaginada (GIANORDOLI-NASCIMENTO; MENDES; NAIFF, 2014).

Com o fim da Copa, o que se via no cenário nacional eram fortes manifestações contra o Regime Militar. O insucesso brasileiro na competição mundial ligou o alerta dos militares e assim, intensificou-se a preparação para competições posteriores e acentuaram-se as intervenções políticas no âmbito esportivo, sobretudo na CBD¹⁴, e até uma comissão foi criada com a intenção de investigar a derrota da seleção, como afirma Magalhães (2011, p. 3):

“A derrota foi levada tão a sério pelo regime que foi organizada uma Comissão para investigá-la; tudo seria feito para impedir um novo fracasso.

¹⁴ João Havelange, presidente da CBD durante o período em que Médici esteve no poder, era extremamente flexível e obediente no sentido das interferências governamentais, característica que o manteve no cargo.

Anos depois, alguns jogadores e parte da comissão técnica assumiram ter sofrido pressões externas à delegação durante o campeonato. [...] Havelange sentiu a pressão oficial, e a partir de então a CBD se moldava cada vez mais no estilo militar, o que ficou conhecido como a militarização da CBD e da delegação.”

É a partir da instauração do AI-5¹⁵ e a administração de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) que o Regime Militar se torna ainda mais cruel e a relação com o futebol se intensifica ainda mais. A caça aos opositores se tornou ainda mais intensa e as sessões de tortura ainda mais violentas. (SANTOS, 2015). O futebol, por sua vez, seria muito bem explorado na Copa do Mundo de 1970 e nos seus preparativos.

Médici, apesar de ditador, tinha a seu favor a imagem popular que havia construído ao passar dos anos: era frequentemente visto nas arquibancadas do Maracanã, quase sempre acompanhando jogos do Flamengo, seu time de coração, em meio à multidão. Seu gosto pelo esporte era real e foi importante para construir sua imagem de cidadão de interesses comuns, algo que era bem-visto pelos populares, pela massa. Durante o seu governo, intensificou-se ainda mais a presença de militares na comissão técnica e nos mais diversos cargos da CBD, sob a justificativa da necessidade de um preparo físico mais aprimorado (GIANORDOLINASCIMENTO; MENDES; NAIFF, 2014).

Esse movimento irritou João Saldanha, então técnico da seleção, que foi retirado do cargo por meio de interferências do regime à CBD, mesmo após conquistar a classificação para o campeonato mundial. João era jornalista, tecia críticas ao governo e a CBD, era filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), considerado subversivo e investigado de vazar informações do regime para terceiros. Além disso, se irritava frequentemente com as interferências dos militares no dia a dia da seleção, e suas características o levaram a ser chamados por muitos de “João Sem Medo” (MEMÓRIAS, 2012).

Muito se especula sobre a escolha de João Saldanha para treinar a Seleção Brasileira em 1969, já que era paradoxal imaginar um comunista assumido no comando de uma

¹⁵ “O novo instrumento autoritário armou o Estado de poderes extraordinários, tal como o primeiro AI, editado em 1964. No entanto, diferente do primeiro Ato, o AI-5 não tinha prazo de expiração e poderia abrir caminho para ditadura eterna dos militares. [...] O AI-5 forneceu ao Estado meios para punir e enquadrar lideranças e segmentos rebeldes do seu próprio campo, como parlamentares, juizes e a imprensa. Significativamente, alguns deles só então começaram a perceber aquele regime político como uma ditadura, tendo passado ao campo da oposição ou se tornado apoiadores críticos do regime militar.” (MOTTA, 2018, p. 18).

instituição que reafirmava os interesses do regime. Uma das biografias de Saldanha da conta de que, por ser uma figura pública adorada e que configurava certa ameaça aos setores mais conservadores, a intenção do regime – que intervia nas escolhas da CBD – era despopularizar sua imagem no cargo (SANTOS, 2015).

As várias especulações que também permeiam o movimento de demissão do técnico, que fazia bom trabalho, ressumem-se ao suposto vazamento de documentos confidenciais ao exterior; sua relação conturbada com Pelé, o “garoto propaganda” da seleção militarizada; e suas desavenças públicas com Médici. Certa vez, Saldanha, incomodado com as interferências do Presidente, que exigia a convocação de Dario, jogador do Atlético Mineiro, desabafou “Eu não escalo o ministério e o senhor não escala a minha seleção” (SANTOS, 2015). Somasse a esses fatos que não era visto com bons olhos que o técnico de uma seleção que apresentava um bom futebol e tinha boas perspectivas quanto a disputa da Copa do Mundo fosse comunista, já que isso iria de encontro com a ideologia que o regime pretendia propagar.

Para o campeonato mundial de seleções de 1970, Mário Jorge Lobo Zagallo foi escolhido como técnico, e Médici acabou participando de maneira significativa no processo de convocação – o atleta Dario, que antes foi algoz de uma troca de farpas com o ex-comandante João Saldanha, esteve presente na lista final. Outro destaque se refere às frequentes propagandas políticas por parte do regime, que tornou tal hábito costumeiro. A música *Pra frente Brasil* (1970), composta por Miguel Augusto, acabou por ser apropriada pelo governo como forma de se auto propagar, mesmo tendo sido criada com a intenção de demonstrar apoio à equipe que disputaria a Copa do Mundo, pois trazia em sua letra elementos que representavam os interesses do Regime Militar, como a ideia de progresso e de unidade nacional.

Noventa milhões em ação
 Pra frente Brasil, no meu coração
 Todos juntos, vamos pra frente Brasil
 Salve a seleção!!!
 De repente é aquela corrente pra frente,
 Parece que todo o Brasil deu a mão!
 Todos ligados na mesma emoção,
 Tudo é um só coração!
 Todos juntos vamos pra frente Brasil!

Salve a seleção!
 Todos juntos vamos pra frente Brasil!
 Salve a seleção!

No auge da repressão, o que se viu foi a completa dissimulação do caos político e, através da Copa do Mundo de 1970, que tomava a atenção de parte significativa – mas não total – da massa em vista da popularidade do futebol, a intensificação da violência no período mais cruel da ditadura, em que as sessões de tortura dos chamados subversivos eram cada vez mais frequentes, enquanto nos jornais os textos se resumiam as partidas da Seleção Brasileira (SANTOS, 2015). Jogo a jogo, a ditadura se fortalecia mais, e com a vitória na final do mundial, seu projeto se fez valer.

Com o tricampeonato conquistado pelo Brasil, venceram Médici – o chefe de Estado que abriu o Palácio da Alvorada para as comemorações populares – e o projeto de nação que o Regime Ditatorial visava construir. O planejamento para a copa do mundo do México não dizia respeito apenas ao futebol, mas era a vitória do modelo de sociedade pregado [...]. Desta forma, o que tivemos foi um transbordamento do ufanismo num novo Brasil, tendo como elemento central o futebol. Vencia a seleção Brasileira e se consagrava a Ditadura militar e seu modelo desenvolvimentista de um Brasil grande. Foi o ápice do Brasil: “ame-o ou deixe-o” (GIANORDOLINASCIMENTO; MENDES; NAIFF, 2014, p. 7).

2.4 DESMISTIFICANDO O MITO: o futebol é o ópio do povo?

Não seria certo afirmar aqui que o futebol é um meio onde podemos esperar os mais diversos movimentos progressistas nos momentos de ataque às organizações democráticas. Ao mesmo tempo, não se resume ao que muitos definem “ópio do povo”. Ainda que seja um espaço historicamente reacionário, de pouca consciência política, há brechas para movimentações que configurem, de alguma maneira, uma ameaça às estruturas dominantes, assim como qualquer outra atividade da vida em sociedade.

A forte mobilização popular que se observava nas ruas durante determinados períodos da Ditadura Militar não se estendia, geralmente, ao âmbito futebolístico. Nos primeiros anos e nos anos de chumbo, era difícil imaginar que personagens do esporte apropriado pelo Regime Militar – fossem jogadores, dirigentes, técnicos ou outros – se manifestariam contra

a ditadura, já que estariam colocando suas carreiras e, mais que isso, suas vidas em risco. Não só por isso, mas por, em muitos casos, não portarem a consciência política que necessitavam para tecer determinadas críticas. Acontece que, em determinados momentos, o progressismo se fez presente no meio do futebol, principalmente a partir do enfraquecimento do regime. Como afirma Santos (2015, p. 65):

“A ditadura, em fins dos anos 70 e início dos anos 80, já dava claros sinais de desgaste. Os militares estavam sucumbindo ao crescimento dos movimentos populares. Aos poucos, as ruas foram tomadas por protestos que cobravam eleições diretas e o fim da ditadura. Era o crescimento de uma resistência popular que nunca cessou mesmo nos anos mais duros do regime militar, como na campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita que resultou na lei aprovada no governo do general João Batista Figueiredo, em 1979.”

Destaca-se o ex-jogador Reinaldo como um dos pioneiros dos movimentos de oposição ao regime ditatorial no futebol. O próprio admite que suas comemorações com o punho cerrado, em alusão aos norte-americanos Panteras Negras, era uma forma de se opor aos ideais daquele governo, propagando a necessidade de substituição da estrutura militarizada por uma democrática. Sua característica comemoração o tornou alvo do Regime Militar, principalmente após reproduzi-la em sua primeira partida pela Copa do Mundo de 1978, realizada na Argentina, que também vivia uma ditadura (SANTOS, 2015). Ainda segundo Santos (2015, p. 64):

“Reinaldo procurava exteriorizar suas posições políticas à imprensa de minas. Foi o primeiro jogador a falar abertamente contra a ditadura. Ocorreu em 1977, quando o jornal Movimento publicou a entrevista com o craque sob o título: "Reinaldo, bom de bola e bom de cuca". Defendia a anistia aos exilados políticos, o voto direto e o fim da ditadura no país. Deu entrevistas a mídias alternativas da época, críticas ao regime, a poucos meses da Copa da Argentina, colocando em dúvidas sua ida a copa.”

Reinaldo era ciente do caráter reacionário que o futebol e seus personagens carregavam, e tratava de usar sua visibilidade em nome de manifestações resistentes, ainda que soubesse que era rara exceção à regra. Outro que podemos destacar por sua visão de munda politizada é Afonsinho, que chegou a botar a cara a tapa mesmo durante um período mais delicado da ditadura. O jogador era também acadêmico e fazia parte do movimento

estudantil, liderou a luta de jogadores por direitos quanto aos seus vencimentos e contra a hierarquização dos cargos nos clubes de futebol, em 1971, quando o questionamento das estruturas futebolísticas era uma ideia ousada, já que se vivia o auge da repressão e da utilização do futebol por parte do regime. Por tudo isso, chegou a ser considerado subversivo pelo Serviço Nacional de Informações do Regime Militar (SANTOS, 2015).

No entanto, o episódio mais emblemático ocorrido no período militarista foi a *Democracia Corinthiana*. Atentemos que não estamos admitindo uma possível influência, que de fato não pode ser reafirmada, tampouco comprovada, de que esse movimento colaborou de alguma forma para a derrocada da Ditadura Militar. Porém, reconheçamos sua importância no sentido de sua organização e reivindicações, que ia de encontro à ideologia militar, sobretudo em um momento em que esta permeava o âmbito futebolístico.

Sob a liderança do sociólogo Adilson Monteiro Alves, que acabava de assumir um cargo de diretor de futebol do Corinthians, um dos clubes de maior torcida do Brasil, e a ajuda de Sócrates, Casagrande, Wladimir e companhia, o que se viu durante os anos de 1982 e 1984 na equipe paulista foi uma organização popular e democrática jamais vista na história política deste país: todas as decisões, desde o lugar onde o ônibus pararia até os jogadores que seriam contratados, passavam por votação. Roubos e outros integrantes da comissão técnica, jogadores, dirigentes e todos que participavam do dia a dia do clube portavam o mesmo peso, e o veredito final deveria respeitar a decisão da maioria (KFOURI, 2017).

A *Democracia Corinthiana* acabou representando a busca pela redemocratização política no Brasil, em um momento primário, limitando-se as quatro linhas, mas ascendendo secundariamente. Foi Juca Kfourri, jornalista, corinthiano e amigo próximo daqueles que participavam daquele movimento, que formulou a frase “dia 15 vote”, estampada nas costas dos uniformes do Corinthians durante os preparativos para as eleições para governador, em 1982, como uma forma de tentar fazer com que o máximo de eleitores possíveis fossem às urnas. Como afirma o próprio jornalista em seu livro *Confesso que perdi: memórias*, a campanha não fazia alusão a nenhum candidato com o objetivo de que não sofresse ataque ou censuras do Regime Militar, o que acabou por acontecer independentemente disso (KFOURI, 2017).

A faixa com os dizeres “Ganhar ou perder, mas sempre com democracia” também se fazia frequentemente presente na entrada do time em campo. O jornal Folha de São Paulo (1983, p.2) caracterizou o movimento da seguinte forma:

“O significado, em todo caso, é que a democracia foi usada por jogadores, dirigentes e pela grande torcida corinthiana para descrever, com uma conotação positiva, esse processo inovador. Sinal de que a ideia democrática vai sendo mais amplamente identificada com formas menos opressivas e mais racionais de convivência, na vida cotidiana e política.”

A figura mais politizada e influente daquele movimento era, sem a menor dúvida, a de Sócrates Brasileiro, o Doutor Sócrates. Era chamado assim por também ter em seu currículo formação acadêmica no curso de Medicina. Liderava, com seu estilo combatente, aquele processo que foi sucesso durante alguns anos. Ainda em seu livro, Juca destaca o episódio em que Sócrates prometeu sair do Brasil caso não fosse aprovada a Emenda Dante de Oliveira, que pedia a imediata votação direta e com participação do povo para Presidente da República. Dito e feito.

Não só o Congresso Nacional não aprovou as diretas, como a Democracia Corinthiana desapareceu na eleição de um dinossauro para a presidência do clube, em oposição a Adilson Monteiro Alves. Porque a superestrutura do futebol será a última a mudar no Brasil, por ser avessa a mudanças, além de corrompida e corrupta (KFOURI, 2017, p. 52-53).

A oposição ganhou as eleições presidenciais do Corinthians em 1984, jogadores importantes deixaram a equipe da zona leste de São Paulo, o time se desmontou e a democracia teve seu fim. A Ditadura Militar também, um ano mais tarde. O nome que o jornalista deu a sua biografia também nos ajuda a entender como o fim daquele movimento foi encarado por ele: “Qual Quixote, seguíamos derrotados sonhando nossos sonhos impossíveis”, escreveu Kfour (2017, p. 53) na última frase do terceiro capítulo de seu livro.

Reinaldo, Afonsinho, Sócrates, Casagrande, Wladimir e alguns outros tinham em comum a manifestação de seus estilos reivindicativos e resistentes em um espaço dominado por instituições e ideologias reacionárias, sobretudo por se tratar de um período em que o futebol era controlado pelas forças militares, ainda que em declínio. Involuntariamente ou não, esses jogadores representaram a luta incomum em busca de um futebol mais

democrático e receptivo às manifestações populares que vão além das estruturas a ele atribuídas, mas se opõe a elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, esporte e política sempre estiveram associados um ao outro, afinal, a partir do momento em que definimos o que é político como o que é social, sendo a política produto da vida em sociedade, qualquer atividade oriunda de relações humanas se porta em consonância aos movimentos políticos. Com o futebol não é diferente, e quando o tratamos na realidade brasileira, observamos uma relação vasta, antiga e que perpassa os momentos mais importantes da história do país.

A própria chegada do futebol ao Brasil já traz consigo questões políticas que vão nortear seu desenvolvimento nos primeiros anos do último século, afinal, tem origem inglesa e é idealizado pela colônia britânica que aqui residia. Em um momento inicial, a pretensão era tornar a prática do futebol restrita à classe dominante, com a batuta da elite intelectual brasileira, ao menos no âmbito oficial – já que sua prática recreativa não podia ser controlada pelos membros da colônia.

A popularização do futebol é, mais que tudo, política. Sua massificação materializa, ainda que de maneira involuntária, a capacidade de resistência de um grupo social que era alvo de um projeto que previa seu afastamento das questões que envolviam o esporte, como também das questões que envolviam a política de um país que recorria a aspectos europeus para de modernizar.

Com Vargas, inicia-se o uso político-ideológico do esporte que, a despeito dos obstáculos, se tornava o mais popular do país. A classe dominante muda de estratégia, o Estado retém as questões do jogo da bola e no futebol, como em outros elementos da cultura popular, é vista a possibilidade de ressignificar o Brasil como uma nação supostamente plural e heterogênea, em que não fosse possível a identificação de uma relação de enfrentamento entre as classes.

Durante a Ditadura Militar, tal movimento é renovado. Os grandes eventos, aqueles que despertavam interesse e atenção da massa, são utilizados de forma a garantir o prestígio do Regime Militar, e durante a Copa do Mundo de 1970, sessões de tortura são ocultadas em função dos gols da Seleção Brasileira de Futebol.

O futebol feminino só se torna legal em 1979, após quase quarenta anos de proibição. Os conflitos sociais que sempre se fizeram presente na coletividade brasileira invadiam as quatro linhas. O futebol foi e ainda é um esporte atravessado pelas problemáticas que envolvem uma sociedade estruturalmente racista e patriarcal.

Toda a associação entre futebol e política se qualifica em um meio cercado pela relação antagônica entre classes, e é por esse motivo que esse vínculo não é movimentado apenas pelos agentes do poder. No futebol também se faz presente reivindicações e manifestações mobilizadoras, como nos casos dos jogadores politizados, dos movimentos em prol dos direitos dos atletas e da citada *Democracia Corinthiana*. O futebol não é o ópio do povo porque, mesmo portando uma história conturbada e voltada para o reacionarismo, a luta de classes também pressupõe resistência, e não é nossa intenção corroborar para a análise pobre desse esporte como um mero instrumento da manipulação popular.

Mais que tudo: a própria negação da relação entre futebol e política é um ato político na medida em que se caracteriza a partir da tentativa de manutenção de estruturas sustentadoras do sistema capital desigual. Este trabalho porta consigo a importância de que se entenda de uma vez por todas que o “país do futebol” só se torna “país do futebol” a partir do uso político do esporte bretão, quer queria ou não. Porque futebol e política não apenas se misturam. Futebol e política sempre se misturaram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apud MANHÃES, E. D. Política de Esportes no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.134.

ARISTÓTELES. **Política**. Maria Aparecida de Oliveira Silva. 1 ed. SP: Edipro, 2019.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política – volume 2**. Brasília (DF): Editora UnB, 2010.

DE AZEVEDO, Luiz Vinícius. **O futebol como um instrumento de inserção étnica: a consolidação do futebol no Rio de Janeiro no período de 1894-1930**.

DRUMOND, Maurício. **Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação**. Estud. hist. (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 398-421, Dez. 2009.

FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Democracia em campo”. 1 Abr. 1983.

FOOT-BALL The Bangú Athletic Club. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 maio 1907. *Gazeta dos Sports*, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1907_00138.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

FRANZINI, Fábio. **Futebol é "coisa para macho"?: Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol**. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 25, n. 50, Dez. 2005.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: transição de poder no entreguerras**. Contexto int., Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 41-71, Junho 2002.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; MENDES, Bárbara Gonçalves; NAIFF, Denis Giovanni Monteiro. **“Salve a seleção”: ditadura militar e intervenções políticas no país do futebol / “Save the Brazilian Team”:** Military regimen and political intervention in “soccer country”. *Psicologia e Saber Social*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 143-153, jul. 2014. ISSN 2238-779X. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/12211/9512>>. Acesso em: 05 abr. 2021. doi:<https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2014.12211>.

GOELLNER, Silvana. **Mulheres e futebol: entra sombras e visibilidades**. Revista Brasileira de Educação Física. 2005; 2: 143-51.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUSTAVO, Miguel. **Pra frente Brasil**. Rio de Janeiro: 1970. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8_T7ti1T_F0>. Acesso em: 05 abr. 2021.

KFOURI, Juca. **Confesso que perdi: Memórias** / Juca Kfourri. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017. isbn 978-85-359-2973-7. 1. Futebol – Brasil 2.

KJINIK, Jorge. **Mulheres no esporte: uma nova roupa velha**. Educación Física e Deportes. Buenos Aires, 2001.

KOHAN, Néstor. **Dicionário Básico de Categorias Marxistas**. [s/local, s/data]. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/13140788-Dicionario-basico-de-categorias-marxistas.html>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

LEMONS, R. M.; GUEDES, R. C. . **A popularização do futebol no Rio de Janeiro durante a república velha**. Revista Historiador, v. 1, p. 33-46, 2008.

LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. Dissertação (Mestrado) – Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidad Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MAGALHÃES, L. G. **Futebol em tempos de ditadura civil-militar**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho. 2011.

MELO, Victor Andrade. Evidência e especulação: “a origem” do futebol no Rio de Janeiro (1898-1902). **Movimento**, v. 23, n. 3, p. 919-934, 2017.

MEMÓRIAS do chumbo: o futebol nos tempos do condor. Direção de Lúcio de Castro. São Paulo: ESPN Brasil, 2012. 1 vídeo (51min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cViE1fZ3tzA>>. Acesso em 01 abr. 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5**. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 38, n. 79, p. 195-216, Dec. 2018.

O Globo, Rio de Janeiro, 17 jun. 1938. Edição 11 H, p 01. Disponível em <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em 17 março 2021.

Oliveira, A. F. (2012). **Origem do futebol na Inglaterra e no Brasil**. Revista Brasileira de Futsal e Futebol, 4 (13), 170-174.

O NEGRO no futebol brasileiro. Direção de Gustavo Acioli. Rio de Janeiro: Filmes do Equador: HBO Latin America, 2018. 1 vídeo (60 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ETdOP7pajJ0>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

PARDINI, M. N. M. . **Futebol e projeto de Unidade Nacional no Estado Novo (1937-1945)**. In: X Simpósio Internacional Processo Civilizador, 2007, Campinas SP. Anais eletrônico do X Simpósio Internacional, 2007.

SÁ, Ariane Bonaventura da Silva. STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Relação Estado-esporte: O uso político-ideológico do esporte.** [s/local, s/data].

SANTOS, H. L. S. **Ditadura militar e futebol: A origem do esporte e sua utilização como ferramenta para legitimar os governos autoritários no Brasil.** Rio de Janeiro, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SIGOLI, M. A., DE ROSE JR., D. A história do uso político do esporte. **R. bras. Ci e Mov.** 2004; 12(2): 111-119.

SILVA, Eliazar. **De esporte das elites ao esporte das massas: a trajetória do futebol no Brasil.** Fronteiras, [S.l.], v. 14, n. 25, p. 99-110, set. 2012. ISSN 2175-0742.

SILVA, K. K. P.. **A Copa do Mundo de 1938: futebol, política e identidade nacional brasileira.** Podium: sport, leisure and tourism review, v. 5, p. 111-127, 2016.

SILVA, K. K. P.; CARVALHO, C. E. S. . **Políticos, intelectuais e futebol: a construção da identidade nacional durante a Era Vargas.** Revista Outras Fronteiras, v. 3, p. 246-254, 2016.

“Parecer da Sub-divisão de Medicina Especializada a Despacho do Exmo. Snr. Presidente da República”, assinado por Paulo Frederico de Figueirêdo Araújo. Rio de Janeiro, 17.05.1940. Arquivo Gustavo Capanema — CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (RJ): GC 36.04.22/g — Filme 42 — mf. 0118.